



ESCOLA: ESPAÇO DE VIOLÊNCIA E INDISCIPLINA

Áurea M. Guimarães*

Se verificarmos os sentidos que a língua portuguesa reserva para os conceitos de indisciplina, disciplina e violência, encontraremos algumas definições, tais como: "todo ato ou dito contrário à disciplina que leva à desordem, à rebelião" constituir-se-ia em *indisciplina*. A *disciplina* enquanto "regime de ordem imposta ou livremente consentida que convém ao funcionamento regular de uma organização (militar, escolar, etc.)", implicaria na observância a preceitos ou normas estabelecidas. A *violência*, por sua vez, seria caracterizada por qualquer "ato violento que, no sentido jurídico, provocaria, pelo uso da força, um constrangimento físico ou moral".

Será que em educação poderíamos debater sobre esses conceitos, usando os mesmos sentidos? Será que a indisciplina e a violência são sempre indesejáveis, ou teríamos de considerar a ambigüidade desses termos? Essas questões me levaram a uma reflexão sobre a duplicidade sempre presente nas práticas sociais e que nos obriga a considerar não apenas as regras do jogo institucional, mas também outras regras que, de modo subterrâneo, perpassam o cotidiano escolar.

A escola, enquanto espaço de violência e de indisciplina, é percorrida por um movimento ambíguo: de um lado, pelas ações que visam ao cumprimento das leis e das normas determinadas pelos órgãos centrais, e, de outro, pela dinâmica dos seus grupos internos que estabelecem interações, rupturas e permitem a troca de idéias, palavras e sentimentos numa fusão provisória e conflitual.

A instituição escolar não pode ser vista apenas como reflexo da opressão, da violência, dos conflitos que acontecem na sociedade. É importante argumentar que as escolas também produzem sua própria violência e sua própria indisciplina.

Para podermos dar conta de algumas formas de violência e de indisciplina que dinamizam a vida cotidiana da escola, é preciso apreender, na ambigüidade desses fenômenos, seus modos específicos de manifestação.

Não é meu objetivo valorizar esteticamente a violência, nem defender uma escola sem regras, mas apontar a existência de uma lógica interna aos fatos que ofereça uma pista para encontrarmos alternativas pedagógicas de negociação com os conflitos.

A escola como qualquer outra instituição, está planejada para que as pessoas sejam todas iguais. Há quem afirme: "*quanto mais igual, mais fácil de dirigir*". A homogeneização é exercida por meio de mecanismos disciplinares, ou seja, de atividades que esquadriham o tempo, o espaço, o movimento, os gestos e as atitudes dos alunos, dos professores, dos diretores, impondo aos corpos uma atitude de submissão e docilidade.

Assim como a escola tem esse poder de dominação que não tolera as diferenças, ela também é recortada por formas de resistência. Compreender esta situação implica em aceitar a escola como um lugar que se expressa numa extrema tensão entre forças antagônicas.

Como a pluralidade das ações aí presentes não se reduz à uniformidade, o princípio da homogeneização, imposto pela escola, não se coloca tranquilamente, pois ele repousa numa inquietação frente à existência dos diferentes grupos. A disciplina imposta, ao desconsiderar, por exemplo, o modo como são partilhados os espaços, o tempo, as relações entre os alunos, gera uma reação que explode na indisciplina incontrolável ou na violência.

Se ensinar é mais do que transmitir conteúdos, ou seja, é poder gerir relações com o saber, a aprendizagem implica uma tensão, uma violência para aprender.

A classe é o lugar onde se tece uma complexa rede de relações. Mas na medida em que o professor não consegue perceber essa teia ele concentra os conflitos ou na sua pessoa, ou em alguns alunos, não os deslocando, portanto, para o coletivo. Como não há reversibilidade de posições, forma-se uma rígida divisão entre aquele que sabe e impõe e aquele que obedece e se revolta. Dessa forma, cada um passa a ser movido por uma ordem, por uma obrigação que é imposta e não incorporada.

O professor imagina que a garantia do seu lugar se dá pela manutenção da ordem, mas a diversidade dos elementos que compõem a sala de aula impede a tranquilidade da permanência neste lugar. Ao mesmo tempo que a ordem é necessária, o professor desempenha um papel violento e ambíguo, pois se, de um lado, ele tem a função de estabelecer os limites da realidade, das obrigações e das normas, de outro, ele desencadeia novos dispositivos para que o aluno, ao se diferenciar dele, tenha autonomia sobre o seu próprio aprendizado e sobre sua própria vida.

O grande problema talvez esteja no fato de o professor se concentrar apenas na sua posição normalizadora achando que, com isso, ele conseguirá eliminar os conflitos. Mas, as efervescências da sala de aula marcada pela diferença, pela instabilidade, pela precariedade, apontam para a inutilidade de um controle totalitário, de uma planificação racional, pois os alunos buscam de modo espontâneo e não planejado o "estar junto" que impede a instalação de qualquer tipo de autoritarismo. Quanto maior a repressão, maior a violência dos alunos em tentar garantir as forças que assegurem sua vitalidade enquanto grupo.

Quando o professor experimenta a ambigüidade do seu lugar, ele consegue, juntamente com os alunos, administrar a violência intrínseca ao seu papel. Isso não significa que a paz reinará na escola, mas que alunos e professores, por força das circunstâncias, serão obrigados a se ajustar e a formular regras comuns - os limites do

fechamento e de tolerância. Portanto, nem autoritarismo e nem abandono. O professor ocupa o seu lugar limitador, mas ele também abre brechas que permitirão ao aluno negociar e viver com mais intensidade a misteriosa relação que une o lugar-escola e o nós-alunos.

Na sua ambigüidade, a indisciplina não expressa apenas ódio, raiva, vingança, mas também uma forma de interromper as pretensões do controle homogeneizador imposto pela escola. Tanto nas brigas (envolvendo alunos, professores e diretores) como nas brincadeiras, existe uma duplicidade que, ao garantir a expressão de forças heterogêneas, assegura a coesão dos alunos, pois eles passam a partilhar de emoções que fundam o sentimento da vida coletiva.

A escola tende a reforçar ora a integração plena, ora a rejeição total e, com isso, ela rompe o eixo das redes em que se apoiam a aproximação e a recusa afetivas. Esse desequilíbrio desvincula a escola de seu enraizamento junto aos alunos, represando sentimentos que frequentemente explodem sob as formas mais indesejáveis.

O objetivo de eliminar a violência e a indisciplina, ou de colocá-las para fora do campo escolar, faz com que se perca a compreensão da ambigüidade desses fenômenos que restauram a *unicidade grupal* e instalam uma tensão permanente. Quando essa tensão é vivida coletivamente, ela assegura a coesão do grupo; quando impedida de se expressar, transforma-se numa violência tão desenfreada que nenhum aparelho repressor, por mais eficiente que seja, poderá conter.

Portanto, nem uma liberação geral, nem uma ordem absoluta tem eficácia sobre o movimento dos diferentes grupos que compõem o território escolar, e que obedece a leis próprias. O confronto da escola com essas leis obriga à negociação, à adaptação. Quanto maior a sua capacidade em assumir e controlar a violência, mais a escola dará ao conjunto uma mobilidade que permitirá driblar e agir com tolerância perante os diferentes tipos de agitação.

Mas, quando a escola se enrijece, aplicando uma lei única para todos os casos, o coletivo se desestrutura porque as discordâncias, deixando de ser objeto de negociação, enfraquecem os vínculos da trama social e começam a ser tratadas por especialistas. O diretor passa a depender, por exemplo, dos peritos (policiais, bedéis, orientadores, psicólogos, etc.) que se utilizam da força física, moral e/ou psicológica para conter o movimento da violência. Contudo, a ação desses peritos será pouco eficaz, porque quando a violência não é eliminada, ela assume outras modulações e rompe regularmente, trazendo à tona tudo o que foi rejeitado.

Como diretores de escola, professores, educadores em geral irão negociar com os conflitos? Não se trata de receitar formas que levem a essa negociação, mesmo porque não existe plano algum que solucione o problema da violência e da indisciplina de modo a eliminá-las por completo. O conflito está sempre presente, o que obriga a trabalhar, a cada momento, com todas as turbulências do dia-a-dia, localizando as formas através das quais elas se compõem em relação aos limites e às coerções da instituição.

Uma disciplina homogeneizadora que valha para a escola toda, feita para um conjunto de alunos equivalentes àqueles de um passado idealizado ("dos velhos tempos"), está destinada ao fracasso. Com o advento da escola de massas, há outras regras em jogo que nada têm a ver com a experiência que vivemos no passado. Existe um conjunto de histórias tão diversificadas que precisam ser conhecidas para que os educadores descubram os mundos de onde os alunos provêm.

É preciso construir práticas organizacionais e pedagógicas que levem em conta as características das crianças e jovens que hoje frequentam as escolas. A organização do ano escolar, dos programas, das aulas, a arquitetura dos prédios e sua conservação não podem estar distantes do gosto e das necessidades dos alunos, pois, quando a escola não tem significado para eles, a mesma energia que leva ao envolvimento, ao interesse, pode transformar-se em apatia ou explodir em indisciplina e violência.

Como encontrarmos um equilíbrio entre os interesses dos alunos e as exigências da instituição? É preciso deixar de acreditar que paz signifique ausência de todo conflito.

Empreendimentos que flexibilizem o tempo e o espaço do território escolar, que não excluam a possibilidade de dissidências e nem o debate sobre estas questões, podem dar início ao despontar de uma solidariedade interna que recuse o coletivismo, isto é, a imposição unitária de comandos, e que engendre uma luta pelo coletivo, ou seja, uma atividade conjunta que rompa com o isolamento das pessoas e crie uma comunidade de trabalho.

Essa comunidade faz nascer a troca recíproca, sem eliminar a autonomia das pessoas e as suas diferenças. Mas para que exista esta solidariedade, é preciso correr o risco da separação, da hostilidade que atravessa todas as redes da trama social escolar e que faz lembrar as bases do seu funcionamento. Os múltiplos confrontos e o viver ambíguo (entre a harmonia e o conflito) integrado a uma ação coletiva, não atomizada, são os fatores que concretizam o gostar da escola, ainda que apenas para encontrar os amigos.

SUGESTÕES DE LEITURA:

Se você quiser saber mais sobre o tema, leia um artigo da filósofa Marilena Chaui intitulado "A não violência do brasileiro, um mito interessantíssimo", publicado no *Almanaque II: Educação ou Desconversa?* pela Brasiliense em 1980. Esse texto é muito bonito e muito atual pois mostra como a escola e sua pedagogia é violenta quando se utiliza da memória para que alunos e professores, ao se recordarem do saber já feito, dos acontecimentos já realizados, submetam-se a um modelo que dita as normas do conhecer e do agir. O presente fica reduzido ao que já foi pensado, dito e feito.

Outro artigo instigante é o da antropóloga Alba Zaluar, "A autoridade, o chefe e o bandido: dilemas e saídas educacionais". Foi publicado pela *Revista Educação e Sociedade*, ano XVI, n.53, nas páginas 694 a 714, no ano de 1995. Ao analisar a violência urbana, Zaluar aponta, no caso brasileiro, o quanto o uso da força substituiu a autoridade, fazendo-a fracassar. Somente era e é obedecido quem consegue se impor pelo medo. Civilidade, respeito mútuo, espírito público dão lugar à rispidez, à incapacidade de negociar diferenças e conflitos, aumentando a violência na sociedade.

Existe uma coletânea de textos publicada pelo Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada (IEC), do Rio de Janeiro. O nome da revista é *Contemporaneidade e Educação*, e o periódico intitulado "Violência e Vida Escolar" é do ano II, n.2, de setembro de 1997. Aí você encontrará três blocos temáticos, entre os quais um denominado: Questão Urbana e Violência Escolar com textos que tratam: da violência escolar em escolas francesas de periferias urbanas; da violência do sistema escolar público de Nova York, em especial nas escolas de ensino médio, situadas em bairros cuja população é composta basicamente de imigrantes e um texto que aborda a violência nas escolas a partir da violência no bairro e na família.

Também não poderia deixar de mencionar uma outra revista publicada pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), vinculada à Secretaria da Educação do Estado de S.Paulo, *Série Idéias*, n.21, de 1994. Com o título: "Violência, um retrato em branco e preto", esse periódico apresenta o resultado de discussões realizadas na FDE sobre a violência que envolve crianças e adolescentes. São trazidos os pontos de vista de especialistas sobre as diferentes faces da violência e da violação dos direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

De minha autoria, existe o livro *A dinâmica da violência escolar*, publicado pela Autores Associados, em 1996, no qual analiso as várias modalidades de violência e a forma de sua dinâmica nas escolas onde realizei a pesquisa de campo. Existe também um pequeno artigo publicado pelo jornal semestral do Grupo de Estudo e Pesquisa em Ciência e Ensino (gepCE), da Faculdade de Educação da Unicamp, número 5, dezembro de 1998, intitulado: "Uma visão alegórica da violência: fragmentos e ruínas". Partindo das gravuras de Goya, e passando para o movimento Hip-Hop aponto a importância da "desconstrução", como forma de se desmanchar a literalidade dos textos, das disciplinas e de se trabalhar com conceitos ativos, metáforas vivas que façam os alunos lerem o que existe "dentro deles", de modo a diferenciarem o que o autor quer dizer daquilo que desejam dizer quando lêem os autores.

Também organizei uma coletânea de textos que foi publicada pelo *Cadernos Cedes*, número 47, em 1998, com o sugestivo título "Na mira da violência: a escola e seus agentes". Você encontrará uma variedade de artigos, tais como: "A violência escolar e a crise da autoridade docente"; "O poder de fogo da relação educativa na mira de novos e velhos prometeus"; "A violência no imaginário dos agentes educativos"; "Violência, insegurança e imaginário do medo"; "Tentando compreender Prometeu e Dionísio na mira da violência"; "Formas contemporâneas de negociação com a depredação" e o "O cinema e a escola: formas imagéticas da violência".

* OLHO/FE/UNICAMP - guima@obelix.unicamp.br